

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA

GISELE NATALLY MIGUEL SIQUEIRA

“ E onde estavam as mulheres? ”

**A presença das mulheres nos livros didáticos de História do ensino médio
(2015 – 2017)**

Maceió

2019

GISELE NATALLY MIGUEL SIQUEIRA

“ E onde estavam as mulheres? ”

**A presença de mulheres nos livros didáticos de História do ensino médio
(2015 – 2017)**

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Gian Carlo de Melo Silva

Maceió

2019

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

S618e Siqueira, Gisele Natally Miguel.
“E onde estavam as mulheres?” : análise da presença das mulheres nos livros didáticos de história do ensino médio (2015-2017) / Gisele Natally Miguel Siqueira.
– Maceió, 2019.
49 f.

Orientador: Gian Carlo de Melo Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 48-49.

1. Mulheres - História. 2. História (Ensino médio). 3. Livros didáticos. I. Título.

CDU: 94-055.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado
“Onde estavam as mulheres?” Análise da presença das
mulheres nos livros didáticos de elaborada(o) por
Guilherme Nataly Miguel Siqueira e aprovado por
todos os membros da Banca Examinadora com nota 9,5, cumprindo as exigências
para obtenção do título de Licenciatura em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a) Juan Carlos de Melo Silva
Orientador (a): GIAN CARLO DE MELO SILVA

Prof.(a) Lidia Baumgarten
1º Examinador (a): LIDIA BAUMGARTEN

Prof.(a) Elias Ferreira Verras
2º Examinador (a): ELIAS FERREIRA VERRAS

Maceió, Alagoas
20/03/2019

Dedico este trabalho a todas as mulheres que lutaram bravamente durante a História para que eu estivesse aqui. A elas, a nós e às que virão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe, Genilda, e ao meu pai, Juscelino, que, apesar de todas as barreiras, me apoiaram psicologicamente e financeiramente para que eu pudesse chegar até aqui. Aos meus irmãos, Mirely e Ravelly, que sempre foram meu porto seguro. Aos meus amigos Waleska, Guto, Bruna, Elyssa e Isabelle, que me aguentaram durante todo o tempo, que me apoiaram incondicionalmente e que acreditaram no meu potencial. Agradecer também à minha amiga de graduação e da vida Manoela Candido, que me fez crescer e acreditou junto comigo em um sonho. Ao meu orientador, Gian Carlo, que me deu a oportunidade de participar do PIBID e que me ajudou sempre que precisei e, por fim, mas não menos importante, a todos os meus professores, tanto da escola, quanto da universidade. Obrigados a todos, sem vocês eu não seria nada.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o modo como as mulheres aparecem em livros didáticos de História utilizados no Ensino Médio das escolas públicas. Inicialmente, percorremos todo o caminho histórico das obras didáticas desde seu surgimento na antiguidade até as articulações institucionais do Estado Brasileiro para sua formalização, para desta forma entender o caráter político e ideológico que ele assume no Brasil. Ancoramo-nos aqui nas pesquisas da autora Circe Bittencourt, que desenvolveu importantes discussões sobre livros didáticos. Continuamos este constructo pensando como a História das Mulheres começa a ganhar força na historiografia, por quem ela é produzida e de que forma chega ou não nas escolas, trazendo as mais diversas problematizações acerca dos espaços que as mulheres ocuparam e ocupam na história a partir de Michelle Perrot, Rachel Sohier e Joana Pedro. A discussão tem como base analítica uma coleção didática de História aprovada no PNL 2015 – 2017, apresentando e discutindo como as mulheres são inseridas e apresentadas ao longo dos capítulos, levando em consideração autores/as, espaços e professores/as, tendo como finalidade a chegada da produção acadêmica a educação básica.

ABSTRACT

This assignment aims to analyse how women are treated on textbooks of History used in High School public schools. At first, the whole historic path of teaching materials was explored from its emergence in antiquity to the institutional development of the Brazilian State for its formalization, for that to understand the political and ideological measures that it produces in Brasil. Researches from Circe Bittencourt, who developed important debates about teaching materials, are used in this project, which was done through the discussion about how women's history starts to gain force in Historiography, by whom it is produced and how it arrives or not in schools, bringing the most diverse problematisations about the spaces that women occupied and occupy in history by the point of view from Michelle Perrot and Rachel Sohiet. The discussion has its analytics basis a teaching collection of History approved in the PNLD 2015 – 2017, showing and discussing how women are inserted and illustrated throughout the chapters, taking into account writers, spaces and teachers, aiming at the arrival of academic production to elementary education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. O LIVRO DIDÁTICO.....	12
3. MULHER: INVISIBILIDADE HISTORIOGRÁFICA.....	21
4. A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MACEIÓ.....	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

1. INTRODUÇÃO

Quando me perguntam o momento em que me tornei feminista – enxergando aqui feminista como pessoa que busca a equidade entre homens e mulheres –, eu respondo que sempre fui, afinal, sempre questioneei o porquê dos espaços ocupados e dos julgamentos sociais sempre serem desiguais entre os sexos. Entrar na Universidade ampliou o meu olhar acerca da gama de possibilidades que a teoria feminista poderia me trazer e, assim, no desenrolar da graduação, busquei formas de aprender mais sobre as mulheres e sua participação na história como uma forma de me encontrar e me enxergar dentro de todos aqueles conteúdos estudados durante longos quatro anos. Poucas vezes obtive sucesso. Através deste trabalho, percebi a oportunidade de acrescentar e, quem sabe, motivar pesquisas acerca da História das Mulheres, para que seja possível levar esse conhecimento às Escolas.

Participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) possibilitou uma mudança no meu olhar sobre a Escola e como esta instituição deve ser priorizada quando pensamos na produção historiográfica. Estar diariamente com os estudantes, com o livro didático e com os professores me fez perceber a urgência da discussão da relação dos conhecimentos gerados na Universidade e como eles chegam à educação básica. A união de todos os fatores aqui mencionados subsidiou o tema desta monografia.

Neste trabalho, trago uma análise sobre a representação das mulheres em livros didáticos utilizados no Ensino Médio e sobre a forma que a produção acadêmica e o Estado Brasileiro fomentam essa discussão através das obras didáticas, levando em consideração tanto o caminho que a História das Mulheres percorreu quanto a forma na qual as mulheres aparecem nos livros didáticos.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos. Inicialmente, percorreu-se o surgimento do livro didático, um pouco de sua história e como ele foi gestado e desenvolvido no contexto brasileiro, onde utilizo como principal base teórica Bittencourt (1993), usando como suporte a legislação brasileira e dados disponíveis no site do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). Após análise do Programa Nacional do Livro Didático, desenvolveu-se um apanhado geral sobre seu funcionamento, desde a criação do edital até a chegada das obras nas escolas. E a partir do Guia do Livro didático, é apresentada a participação das mulheres na

construção destas obras para que assim faça-se uma ponte entre a participação delas e a formulação dos livros didáticos usados em escolas públicas.

No segundo capítulo, apresento uma história da historiografia das mulheres, onde, partindo de Perrot (1993 & 1998) e Sohiet e Pedro (2011), autoras que impulsionaram uma discussão sobre a necessidade de uma escrita historiográfica focada nas mulheres e relações de gênero, analisei as motivações sociais que trouxeram à tona a urgência de uma História das Mulheres, citando algumas obras de impacto na historiografia. É apresentada também a problemática da defasagem da chegada desses assuntos na educação básica, que foi facilitada através de um questionário do google docs, e também como as leis e documentos oficiais, como a LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais, tratam esta questão. Por fim, analiso a presença das mulheres em 3 livros didáticos de ensino médio¹, para que, com este capítulo, possamos fazer uma relação entre a produção acadêmica e como ela chega nas escolas através dos livros didáticos.

No terceiro capítulo, trago uma análise da coleção *História* aprovada pelo PNLD 2015 ² para o ensino médio, que tem como autores Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Farias, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos. Procurei discutir a apresentação no guia do livro didático, os autores e sua formação acadêmica, a presença das mulheres (como e onde aparecem) fazendo uma breve comparação com os livros mostrados no capítulo anterior. Além disso, foi feita uma entrevista com a professora que trabalhou com esta coleção para que ela pudesse relatar sua relação com a discussão sobre história das mulheres, o livro didático e a sala de aula.

Ao longo da escrita desta monografia, enfrentei poucas dificuldades, na verdade, fui muito bem recebida tanto pela escola que solicitei a doação da coleção didática, quanto pela professora. A única coisa que não saiu como planejada foi encontrar livros que fossem antigos, ansiei por livros da década de 1990 ou 1980, mas os alfarrábios não possuíam obras com esta idade. No mais, escrever este trabalho foi de um crescimento pessoal e acadêmico de muita valia, que me fez

¹ O pressuposto de escolha dos livros analisados neste capítulo foram o ano de publicação. A intenção era analisar os livros mais antigos que fossem possível achar, um deles era do meu acervo pessoal, e os outros foram comprados em alfarrábios.

² Foi escolhida esta coleção pois era a vigente na época da escrita deste trabalho, e foi utilizada na escola onde conclui o ensino médio.

repensar os diversos graus da educação brasileira, como eles acontecem e como se relacionam.

2. O LIVRO DIDÁTICO

Antes de adentrar no contexto histórico que possibilita o surgimento de obras didáticas, precisamos pensar: o que é um livro didático? Bittencourt diz que este tipo de obra “faz parte do cotidiano escolar há mais ou menos dois séculos. É facilmente identificado e, muitas vezes, é o primeiro tipo de livro que temos contato na nossa vida. Pela familiaridade do uso, é fácil identificá-lo, diferenciando-o dos outros livros.”³ Bittencourt afirma, porém, que apesar do excessivo contato durante toda nossa vida Escolar, não é fácil defini-lo pois,

por ser uma obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações Escolares. É um objeto de “múltiplas facetas”.⁴

Apesar da dificuldade de conceituá-lo, é sabido que o livro didático é uma ferramenta que auxilia o processo de ensino-aprendizagem. Tendo consciência de que este tem relação direta com o currículo e influencia o método, torno-o objeto desta pesquisa onde, neste capítulo, poderemos analisar os processos que levaram o seu surgimento e desenvolvimento.

A criação do livro didático data da Antiguidade, quando ainda não existiam nem mesmo métodos que viabilizassem sua impressão. Segundo Schubring, “Com os escribas surgiram produções textuais como exercícios para os estudantes e manuais para uso dos professores e mestres”⁵. Por volta do século VI d.C “a China possuía em sua estrutura de ensino, currículo e livros-textos para as diversas disciplinas existentes.”⁶. Algo semelhante aconteceu no Egito, apenas com o diferencial do uso do Papiro.

³ BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 299

⁴ *ibid.* p. 301

⁵ SCHUBRING, 2003 apud SILVA JÚNIOR, Clovis Gomes da. **O Livro didático de matemática e o tempo**. Disponível em <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/download/130/122> Acesso em 10 mai. 2018. p. 14.

⁶ *ibid.* p. 20

Já no contexto europeu, a partir do momento que a Igreja Católica assume o papel de educador, a difusão do conhecimento torna-se mais limitada. Allain Chopin aponta que

no século XVI, a produção editorial existente no continente europeu era pequena, uma vez que a educação não era popularmente difundida e os livros estavam longe da formatação que conhecemos atualmente, apesar de já serem impressos e reproduzirem imagens em preto e branco. No século XVIII, a produção dos livros, assim como a educação, estava sob o controle da Igreja católica, que assim assegurava a difusão de temáticas religiosas.⁷

Mollier diz que somente no século XIX os livros se tornam obrigatórios na Europa, mais especificamente na França.⁸ É a partir destas influências que vamos analisar a chegada do livro didático no Brasil. É importante destacar que nesta seção, a discussão limita-se em sua maioria ao contexto ocidental, já que é ele que influencia diretamente a história do livro didático no Brasil.⁹

2.1. Contexto Brasil

Mesmo após a expulsão dos Jesuítas (que eram responsáveis pela educação brasileira) na reforma pombalina¹⁰, os manuais didáticos continuam sendo importados da Europa, principalmente da França. Foi só após a independência do Brasil, em 1822, que “os manuais didáticos foram tema de debates dos parlamentares que decidiam sobre a criação e a organização do sistema educacional do novo Estado que se formava e permaneceu durante todo o transcorrer do século XIX.”¹¹ A partir do momento em que estas obras servem não

⁷ CHOPIN, 2000 apud FERRARO, Juliana Ricarte. **A produção dos livros didáticos**: uma reflexão sobre imagem, texto e autoria. Disponível em < bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/973/542> Acesso em 10 mai. 2018 p. 170 – 171.

⁸ MOLLIER, 2008 apud ibid. p. 171

⁹ Para uma visão mais ampla do assunto, deixo como sugestão a leitura do livro “A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação”, de Marc Ferro, que discute o ensino de história e o livro didático nos mais diferentes contextos histórico-culturais.

¹⁰ A reforma pombalina foi uma série de mudanças ocorridas no Brasil do século XVIII, executadas pelo Marques de Pombal, que visava melhorar a administração e aumentar a renda da colônia. Uma delas foi a expulsão dos Jesuítas, já que estes eram contra o uso dos indígenas para a mão de obra escrava

¹¹ BITTENCOURT, Circe. **Livros Didáticos e Conhecimento Histórico**: uma história do saber Escolar. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. p. 24.

somente para o professor, mas também para os alunos, inicia-se então a produção de obras originalmente brasileiras. Segundo Andrada, os livros poderiam "ser feitos pelos mestres encarregados deste trabalho em benefício de sua pátria, voluntariamente ou por ordem superior".¹² Deste modo, começou a surgir incentivos previstos na legislação para as pessoas que se voluntariassem a escrever essas obras, como podemos ver no artigo 56º do Decreto n. 1331A, de 17 de fevereiro de 1854:

São garantidos premios aos professores ou a quaesquer pessoas que compuzerem compendios ou obras para uso das Escolas, e aos que traduzirem melhor os publicados em lingua estrangeira, depois de serem adoptados pelo Governo, segundo as disposições do Art. 3º § 4º combinadas com as do Art. 4º.¹³

Este tipo de incentivo permaneceu até o início do século XX, quando surge o primeiro órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático, dando assim maior apoio e legitimidade as obras didáticas que circulavam no Brasil. Até que, após o fim da ditadura militar, mais especificamente em 1985, é criado o Programa Nacional do Livro Didático, órgão este que segue em funcionamento até os dias de hoje. Este tema será abordado na seção a seguir.

2.2. O livro didático: legislação, produção e distribuição

Hoje em dia, comparado a outros livros, o livro didático é uma obra sem muita importância para a população. É doado, rasgado, jogado ou recortado sem nenhum pesar, sendo frequentemente banalizado. Porém, apesar de uma obra lançada à invisibilidade, a indústria do livro didático envolve inúmeras pessoas na sua criação; há editores, historiadores, professores e tantos outros profissionais que fazem esse mercado maior do que imaginamos ser. Há legislações e investimentos federais que movimentam milhões de reais todos os anos. Para começarmos a discussão sobre o que se tornou o livro didático brasileiro, precisamos primeiramente entender sua legislação.

¹² ANDRADA, 1945 apud ibid. p. 30

¹³ BRASIL. **Decreto n. 1331A, de 17 de fevereiro de 1854.** Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no município da Corte. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html> > Acesso em 02 set. 2018

A importância do livro didático como artifício de formação da ideia de nação e cidadania foi há muito percebida e, por isso, a distribuição dos livros didáticos foi frequentemente marcada por diversas legislações, como forma de controle tanto de produção, quanto de adoção pelos professores. Bittencourt diz que

[...] o livro passou a assumir papel de destaque na configuração da cultura ocidental enquanto se difundia a ideia da construção de uma sociedade letrada, expressa com veemência pelos liberais do século XVIII. O Estado liberal brasileiro, ao incorporar os discursos sobre a disseminação do saber letrado, temia os perigos do texto escrito, especialmente daquele que necessariamente estaria ao alcance de um número considerável de jovens e crianças.¹⁴

Além disso, a adoção dos manuais pelos professores era controlada pelo Estado. Ainda de acordo com Bittencourt,

a liberdade de escolha do livro Escolar pelo professor, direito que estaria de acordo com os princípios liberais, deve ser entendida, entretanto, até certos limites. Havia sempre a presença de uma Comissão para a triagem das obras que poderiam ser adotadas para os alunos e organizava-se uma relação de "compêndios e manuais que pudessem servir de guia aos professores no ensino das diversas disciplinas do programa" (ANUÁRIO, 1907, p. 384). A prática de possibilitar "alguma escolha" pelo professor fornecia a legitimidade na ação de controle do Estado, fazendo com que os docentes dessem o consentimento na adoção do livro que, na realidade, era outorgado e controlado pelo poder oficial. O livro didático, para entrar na Escola pública, precisava dos burocráticos educacionais, e esta condição conduzia editores e autores a buscar meios para obter o *referendum* oficial.¹⁵

Apesar de existir uma preocupação em reger a distribuição dos manuais didáticos nas Escolas brasileiras, somente em 1937 é formado um órgão para legislar sobre este segmento, o Instituto Nacional do Livro (INL), como mostra o artigo 2º do decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937:

Art. 2º Competirá ao Instituto Nacional do Livro;

- a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros

¹⁴ BITTENCOURT, Circe. **Livros Didáticos e Conhecimento Histórico**: uma história do saber Escolar. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. p. 53.

¹⁵ *ibid.* p. 59

d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.¹⁶

Este decreto-lei tem um caráter mais abrangente, não tendo nenhuma especificidade sobre os livros didáticos, coisa que se dará no ano seguinte, com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Entre suas responsabilidades, estava a de avaliar e julgar os livros didáticos, concedendo ou não a autorização para o uso nas Escolas.

É importante enfatizar em qual contexto histórico tanto o INL quanto a CNLD foram criados: havia uma política desenvolvimentista que tentava implantar uma educação progressista mesclada num período político autoritário (Estado Novo) que buscava garantir a identidade Nacional. Isso fica claro quando analisamos alguns dos critérios para avaliação, contidos no Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938 que, em seu artigo 20, vetava o livro didático que

b) [...] contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;

d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;¹⁷

Avançando um pouco mais, em 1966, anos iniciais da ditadura militar, surge a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), que é criada em um acordo com a USAID, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional. A partir deste momento, o INL estava próximo de seu fim, que aconteceu 10 anos depois, quando é publicado o decreto nº 77.107 que em seu artigo 1º determinava que “as atividades relativas à edição e distribuição de livros textos, atualmente sob a responsabilidade do Instituto Nacional do Livro, passam à competência da Fundação

¹⁶ BRASIL. **Decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937**. Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Livro didático. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 10 mai. 2018

¹⁷ BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938**. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 10 mai. 2018

Nacional do Material Escolar (FENAME).”¹⁸ e em 1983, para substituir a FENAME, é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE).

Finalmente em 1985, com o decreto nº 91.542, é criado o Programa Nacional do Livro Didático ou PNLD, fazendo parte das políticas educacionais, visando à distribuição gratuita de obras didáticas para todas as Escolas públicas de ensino fundamental do território brasileiro, que continua em vigor até os dias atuais. Desde a criação do programa, vários foram os métodos procurados para as melhorias das obras, e inúmeras foram as atualizações que o programa sofreu para viabilizar essa melhora, desde comissões de especialistas a decretos e resoluções.

2.3. O Programa Nacional do Livro Didático hoje

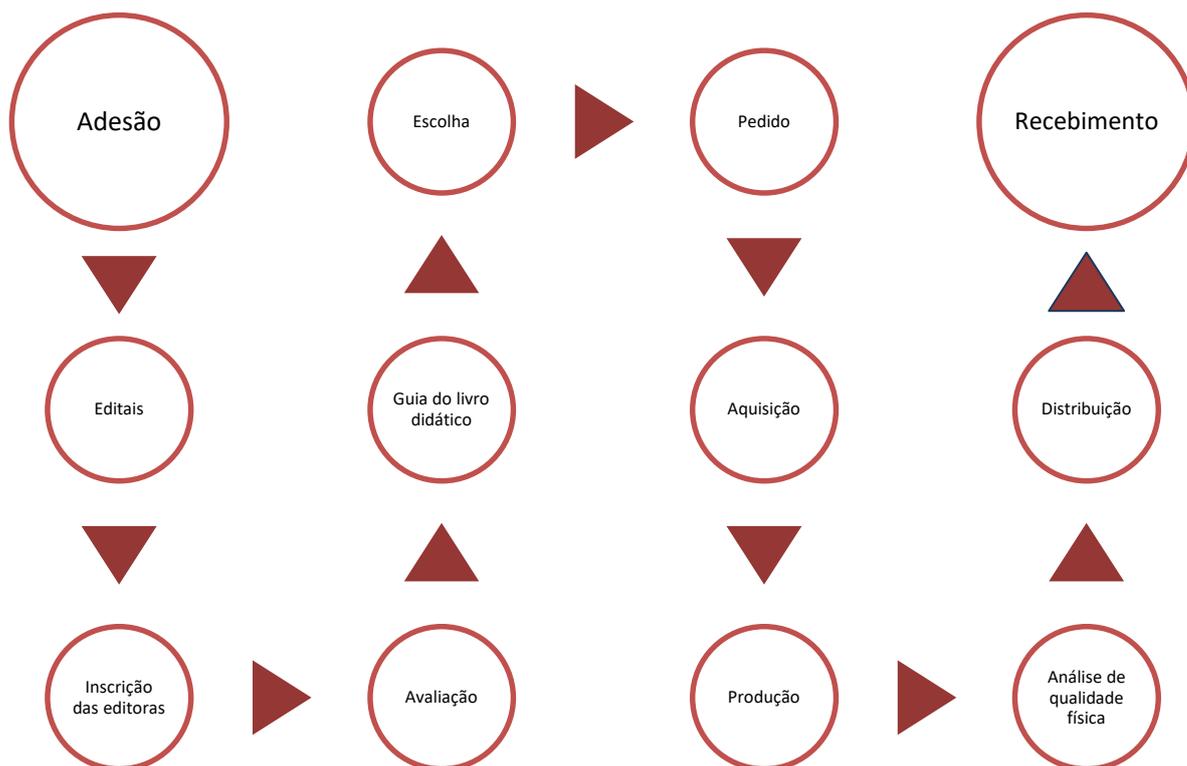
O PNLD segue 12 passos, que, em resumo, iniciam-se com a adesão das Escolas e os lançamentos dos editais. Após a inscrição das editoras, elas submetem os livros que são avaliados pelo o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT). Após aprovados, são escolhidos pelas Escolas que então os recebem.

Primeiramente, na **adesão** os sistemas de ensino (Municipal, Estadual ou Federal) devem encaminhar um termo de adesão, solicitando a inclusão no programa, no ano anterior ao ano em que deseja ser assistido. Os **editais** são lançados, onde constam os regulamentos para habilitação e prazos das **inscrições das editoras** que desejam participar. Após as obras didáticas serem inscritas, elas são **avaliadas**. É feita uma triagem daquelas que se encaixaram no regulamento previsto no edital. Em seguida, a Secretaria de Educação Básica elabora resenhas das obras aprovadas que irão compor o **Guia do Livro Didático**. Este guia é enviado às Escolas, onde professores, coordenação e direção, conjuntamente, irão **escolher as obras**. Após a Escola fazer o **pedido** via internet, o FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento, negocia com as editoras a **aquisição**, por meio de licitação. Inicia-se aí o processo de **produção** dos livros didáticos, onde há um acompanhamento do IPT para **análise de qualidade**. Por fim, os livros são **distribuídos** pelos Correios para as Escolas, que os **recebe** no início do ano letivo.

¹⁸ BRASIL. **Decreto nº 77.107, de 4 de fevereiro de 1976**. Dispõe sobre a edição e distribuição de livros textos e dá outras providências. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77107-4-fevereiro-1976-425615-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 11 mai. 2018

Após o recebimento, os livros permanecem por um período de 3 anos, sendo devolvidos pelos alunos ao final de cada ano letivo para ser utilizado por outro aluno no ano seguinte.

Segue um esquema com as ordens do processo:



receberão um livro em volume único, ou seja, este será utilizado durante os três anos do ensino médio.

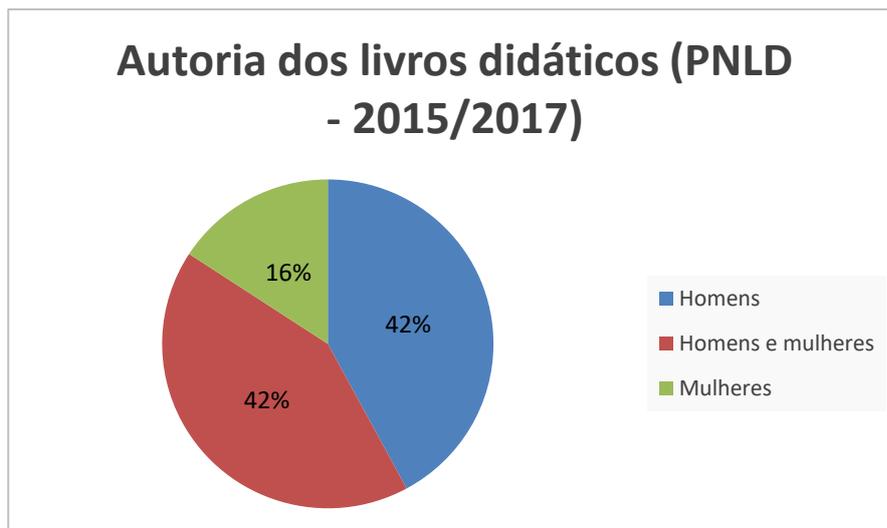
A seguir temos alguns dos dados estatísticos do PNLD do ano de 2017¹⁹

Escolas beneficiadas	• 117.690
Alunos beneficiados	• 29.416.511
Exemplares comprados	• 152.351.763
Valores totais	• R\$ 1.295.910.769,73

Podemos dizer que o PNLD é a galinha dos ovos de ouro das editoras: são milhões de reais envolvidos nesse programa, milhares de pessoas e muitas regras sobre um produto tão importante e tão discutido. Porém, neste capítulo, a ênfase foi apenas apresentar como se deu e se dá o longo caminho do livro didático até que ele chegue às nossas mãos. O foco deste trabalho é tentar visualizar e analisar a presença das mulheres nessas obras, não só em seus conteúdos, mas também na sua criação. Ao observarmos o Guia do Livro Didático de 2015 para o ensino médio que continha 19 obras e vigeu até o ano de 2017, temos como resultado o seguinte gráfico:

¹⁹ Os dados desta seção foram retirados do site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pelo PNLD. Nele, é possível encontrar dados estatísticos de todos os tipos, desde editoras, valores, anos e quantidades.

Autoria dos livros didáticos (PNLD - 2015/2017)



A partir destes dados, percebemos que ainda há uma escassez de obras didáticas produzidas apenas por mulheres, mesmo havendo uma crescente onda da historiografia feminina (que será abordada no capítulo seguinte). Das dezenove obras escolhidas pelos avaliadores do PNLD, apenas três eram exclusivamente feitas por mulheres. De que forma este fato influencia a presença das mulheres nestas obras didáticas? Isto será abordado no decorrer deste trabalho, porém, o que podemos concluir neste capítulo é que há uma necessidade das mulheres se fazerem presentes na construção deste tipo de obra, para, assim, reivindicar o seu espaço em todas as esferas da educação brasileira.

3. MULHERES: (IN)VISIBILIDADE HISTORIOGRÁFICA

Durante toda a vida escolar, somos submetidos a um constante contato com mulheres. A maioria esmagadora de docentes na educação infantil e no primeiro ciclo do ensino fundamental são do sexo feminino e, além disso, as obras didáticas estão repletas delas, porém, em sua maioria, apenas com a intenção ilustrativa.

Como assinalam Duby e Perrot²⁰, da Antiguidade aos dias atuais, a escassez de narrativas nas quais as mulheres apareçam como protagonistas contrastam nitidamente com a profusão de imagens que temos sobre elas, mas quando falamos na sua participação nos mais diversos fatos históricos, sua influência ainda é negada. Maria Stella Martins Bresciani diz que a História das Mulheres era uma “História da exclusão”. Não ouvimos falar com muita frequência sobre feitos de mulheres, sua participação na história e nem mesmo das que construíram grandes impérios. O sexo feminino foi negligenciado e colocado como *O outro*²¹. Isso é percebido, principalmente, quando nos referimos ao ser humano como “Homem”, expressão deixada pelos iluministas que exemplifica como, até no vocabulário, o sexo feminino some

Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade. [...]. Tal se devia à modalidade de história que se praticava, herdeira do Iluminismo.²²

Apesar da vasta presença feminina no imaginário social (sendo este último construído pelo masculino), percebe-se que não há essa mesma visibilidade na História. Mas por que isso acontece? Dulce Amarante dos Santos, dentre outros/as historiadores/as, diz que a escrita da história foi, durante muito tempo, marcada pela política e economia, dois espaços que, desde a antiguidade foram predominantemente masculinos. Apenas com o

²⁰ DUBY, G. & PERROT, M. **História das Mulheres**: a Antiguidade. Porto: Afrontamento, 1993. p. 8.

²¹ “O Outro” é um termo usado pela filósofa Simone de Beauvoir em seu livro *O Segundo Sexo* para falar como o sexo feminino se tornou subjugado.

²² SOHIET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>> Acesso em 10 mai. 2018. p. 284.

advento da Escola dos Annales²³, onde começou a surgir novos domínios e campos, como a história social e história das mentalidades, é que se começou a analisar os aspectos da vida privada e do cotidiano e, a partir disto, as mulheres começaram a aparecer com maior frequência.

Então, nesse movimento de ampliação, em que é possível pesquisar qualquer matéria, assunto, descobriram-se outras histórias, outros agentes: os excluídos sociais, os “vencidos”, os oprimidos, e por fim, as mulheres. Dessa maneira, as mulheres ganharam a visibilidade na História.²⁴

Com as mudanças que vinham acontecendo no campo historiográfico e com o avanço do movimento feminista na Europa e nos EUA, a pesquisa em História das Mulheres começa a ganhar força a partir da década de 60, tentando, assim, evidenciar experiências e resistências femininas.

Nos Estados Unidos, onde desencadeou o referido movimento, bem como em outras partes do mundo nas quais este se apresentou, as reivindicações das mulheres provocaram uma forte demanda de informações, pelos estudantes, sobre as questões que estavam sendo discutidas. Ao mesmo tempo, docentes mobilizaram-se, propondo a instauração de cursos nas Universidades dedicados ao estudo das mulheres.²⁵

Para dar destaque à produção de mulheres sobre mulheres, podemos citar algumas obras fruto desse movimento historiográfico. No âmbito internacional podemos enfatizar algumas autoras, sendo elas Mary Beard, com *Woman as Force in History (1946)*; Michelle Perrot, com sua obra *Os Excluídos da História (1998)* e *A História das Mulheres no Ocidente (1990)* esta última com colaboração de Georges Duby; Joan Scott, que escreveu um importante artigo para a historiografia feminista chamado *Gênero: Uma categoria útil para análise Histórica (1995)*; e June Hahner, com o livro *Emancipação do sexo feminino (2003)*. É importante lembrar o livro *O Segundo Sexo (1949)*, de

²³ A escola dos Annales é um movimento historiográfico do século XX que se constituiu em torno do periódico acadêmico francês Annales d'histoire économique et sociale, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História. Apesar de ter sido um importante movimento para a ascensão da História das Mulheres, os principais nomes deste movimento são de homens.

²⁴ MATOS, SOIHET, 1997 apud SANTOS, Dulce Amarante dos. **História das Mulheres nos livros didáticos: 2ª fase do ensino fundamental.** Disponível em <ojs.fe.unicamp.br/index.php/FEH/article/download/5846/4738> Acesso em 10 mai. 2018. p. 252.

²⁵ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org). **Domínios da História.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 263.

Simone de Beauvoir que se tornou referência quando falamos em escrita feminista. Apesar de não ser historiadora, este livro traz um tópico em que a autora aborda o local da mulher em diversas sociedades desde a antiguidade até a idade contemporânea.

No âmbito nacional, temos como precursora Maria Odila da Silva Dias com seu livro *Quotidiano e Poder*, lançado em 1984. Esta é uma importante obra para a formação de uma geração de historiadoras das mulheres, entre elas, Rachel Soihet, que tem como importante obra *Condição feminina e formas de violência (1989)*; e Mary Del Priore, importantíssima historiadora que pesquisa a História das Mulheres no Brasil Colonial e Imperial, tendo como importantes obras o livro *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia (1993)*.

Porém, ainda há dificuldades para um avanço no domínio História das Mulheres, e uma delas são as fontes. Soihet diz que “[...] encontram-se mais facilmente representações sobre a mulher que tenham por base discursos masculinos determinando quem são as mulheres e o que devem fazer”²⁶. A autora continua falando que, nos arquivos públicos, a visibilidade feminina é escassa, já que, como falado anteriormente, seu destino sempre foi a esfera privada, sendo os diários e cartas uma das únicas fontes sobre esses espaços. Diante de tantas dificuldades, temos que ser criativos e persistentes para quebrar o silêncio que permanece neste campo.

Mesmo a passos pequenos, percebe-se um crescente interesse em falar sobre as mulheres em seus diversos locais: da mulher da classe trabalhadora francesa, da mulher no seu âmbito privado no Brasil ou, sobre o surgimento do gênero de um novo campo teórico da historiografia.

Falar sobre História das Mulheres é falar sobre poder. É subverter diretamente uma ordem patriarcal que domina a sociedade, conseqüentemente a historiografia. É tentar abrir e ganhar espaço, dar voz àquelas que não tiveram a chance de tê-la.

²⁶ *ibid.* p. 282

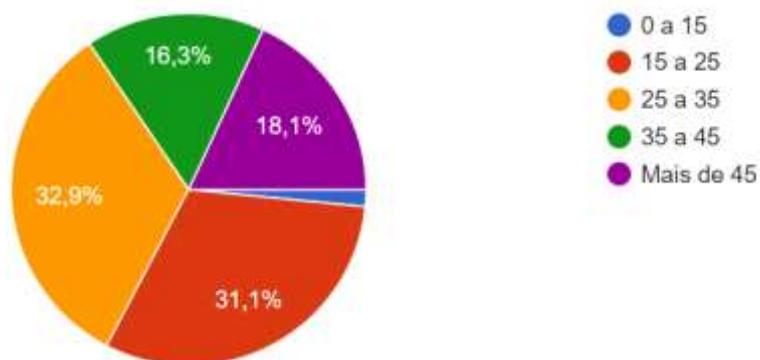
3.1. A mulher na educação básica

Como foi falado na seção anterior, os estudos feministas ganharam força na década de 60, tendo seu *boom* nas décadas de 80 e 90. A partir daí, iniciaram-se vários grupos de estudos nas mais importantes Universidades do país, tendo como resultados inúmeros livros e artigos. Atualmente, podemos ter contato com vários programas de pós-graduação sobre estudos feministas e isso nos mostra como esse campo tem ganhado força e voz ao longo dos anos. Porém, até que ponto esse conhecimento chega nas Escolas?

Para obter um panorama deste questionamento, foi realizada uma pesquisa utilizando o Google Forms²⁷. De 386 respostas, obteve-se o seguinte resultado:

Idade

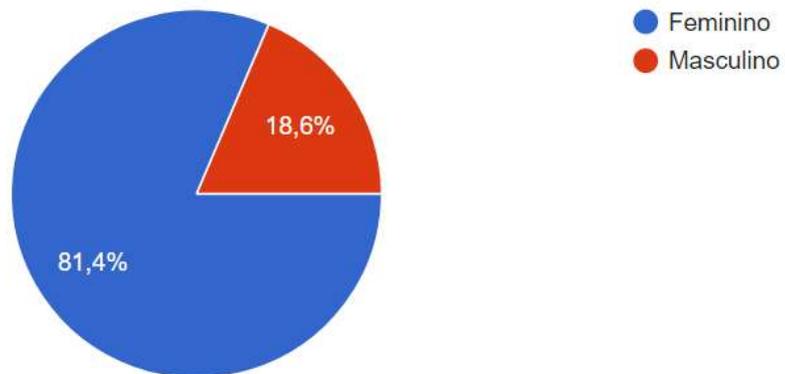
386 respostas



²⁷ O Google Forms é um serviço do Google que tem por objetivo facilitar a criação de formulários e questionários diversos. Ele é útil para todos aqueles que queiram fazer um formulário de pesquisa ou de coleta de opiniões.

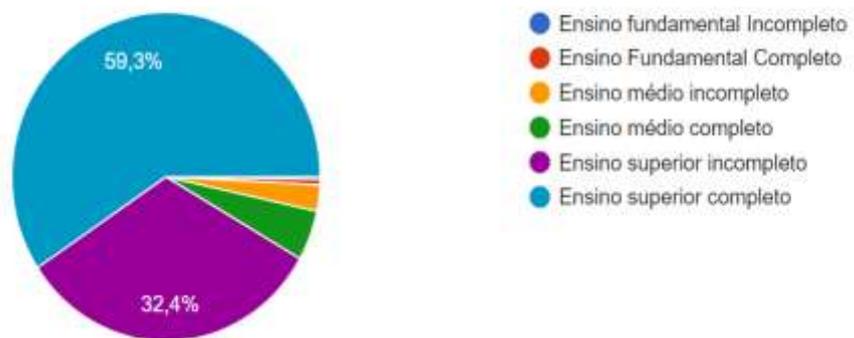
Sexo

376 respostas



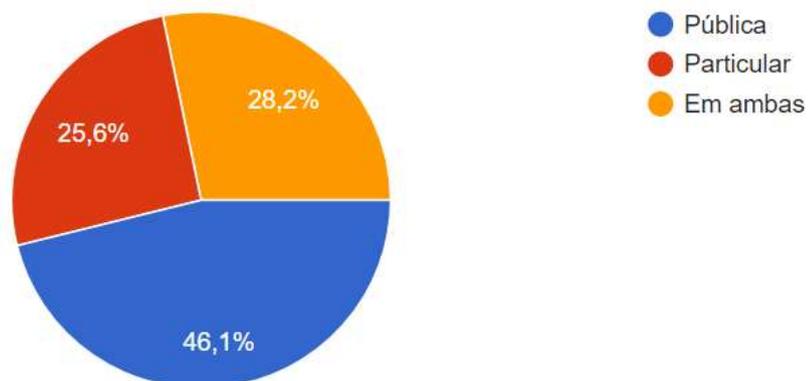
Escolaridade

386 respostas



Estudou em escola pública ou particular?

386 respostas

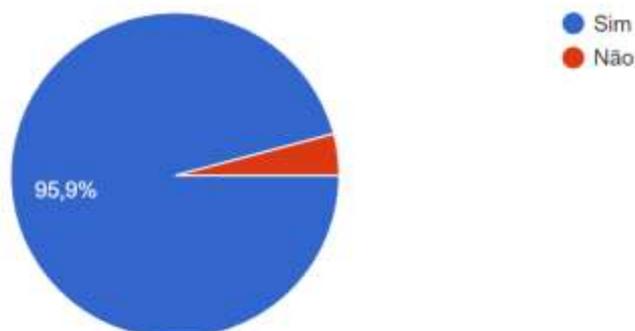


Inicialmente, através destes cinco primeiros gráficos, podemos perceber que a maioria das pessoas que participaram da pesquisa são mulheres (81,4%) com idade entre 15 e 35 anos (64%) com ensino superior completo (59,3%). A partir disto, podemos analisar que a vontade de colaborar com pesquisas sobre o tema é, em maioria esmagadora, de mulheres. Inclusive, muitas se dirigiam a mim com interesse nos resultados. Outro fato interessante é que está havendo um ingresso destas mulheres no ensino superior, ou melhor, mulheres que estudaram em escolas públicas (mesmo que parcialmente). Este fato tem relação com a discussão feita no início deste capítulo sobre o aumento nas pesquisas em relação à História das Mulheres e das relações de gênero, já que, o ingresso deste contingente, provavelmente incentiva e influencia o aumento das pesquisas neste campo.

Porém, quando perguntadas/os sobre a presença das discussões sobre mulheres na educação básica, temos os seguintes resultados:

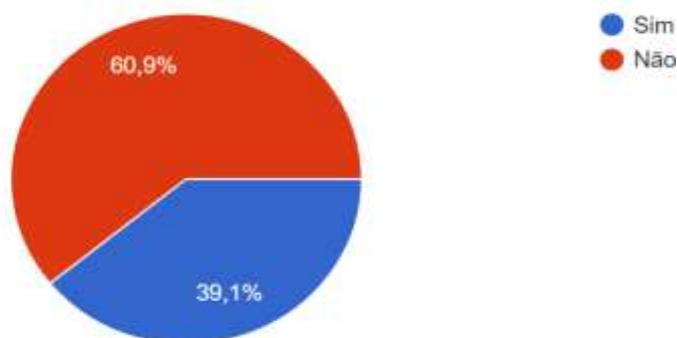
Você conhece mulheres importantes na História?

386 respostas



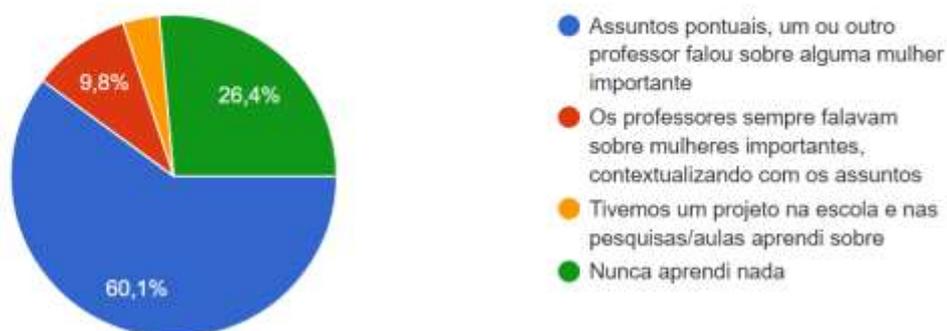
Você aprendeu sobre elas na escola?

386 respostas



O que aprendeu na escola?

386 respostas



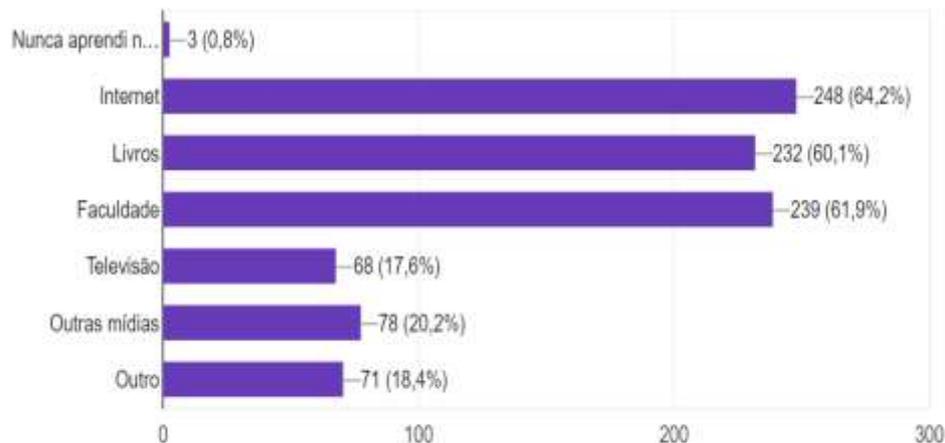
Pode-se observar que, apesar de 95,9% das pessoas que responderam o formulário conhecerem mulheres importantes na História, mais da metade (60,9%) **não** aprendeu sobre elas nas escolas e, mesmo que tenham estudado algo, a maioria apontou que se tratava de assuntos esporádicos, sem uma contextualização maior, ou seja, esta discussão muitas vezes está relegada apenas a uma curiosidade ou até mesmo sobre uma dúvida que surge esporadicamente no dia a dia da sala de aula. Por fim, mas não menos alarmante, 26% não aprenderam **nada** sobre mulheres na história na sua vida Escolar.

Quando questionadas/os sobre quais tinham sido as fontes para obtenção deste tipo de informação, obteve-se este resultado ²⁸:

²⁸ Neste gráfico, era possível marcar como resposta mais de uma opção

Caso não tenha aprendido na escola, onde aprendeu?

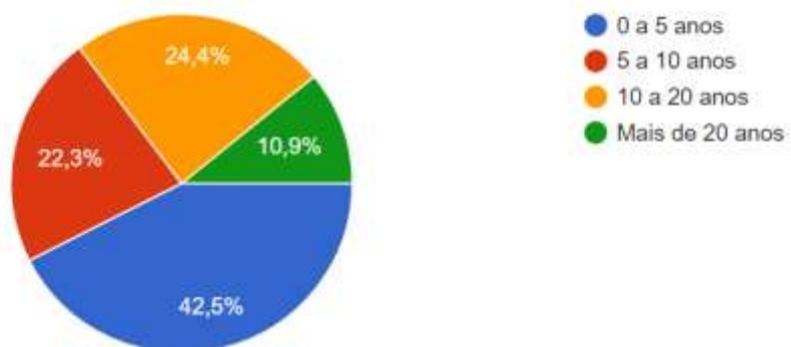
386 respostas



Internet, livros e o ensino superior foram os locais apontados sobre onde há maior circulação deste tipo de conhecimento, muitas vezes ocorrendo pela própria vontade da pessoa em procurar os conteúdos ou pelas discussões geradas pela academia (professores pesquisadores, grupos de estudos, eventos e etc). O gráfico seguinte aponta um dado alarmante

Há quanto tempo saiu da Escola?

386 respostas



64,8% dos entrevistados saíram da educação básica há, no máximo, 10 anos, ou seja, mesmo as discussões no ensino superior já existindo há mais de 50 anos, este conhecimento produzido não está chegando às crianças e

adolescentes nas Escolas, iniciando aqui a discussão: Para que(m) serve o conhecimento gerado na academia? Porque ele não está chegando nas escolas? É necessário haver um compromisso sério entre todos, desde o ensino superior, até a educação infantil, para que o currículo escolar deixe de ser pautado apenas pelos feitos dos homens e comece a abordar os oprimidos, estes que, sempre estiveram no fronte dos diversos processos históricos.

3.2 Documentos Oficiais

Quando analisamos os documentos oficiais relacionados à educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e os Parâmetros Nacionais Curriculares de 1997, pouco é falado sobre História das Mulheres, apesar desses dois documentos tentarem se comprometer com a quebra de “métodos tradicionais”. Cristiani Bereta da Silva diz que “a História das Mulheres e, mesmo as formulações sobre as diferenças e desigualdades de gênero, são, ainda, adendos da história geral, muitas vezes incorporados e abrigados sob o guarda-chuva das minorias étnicas, nacionais, religiosas ou sexuais.²⁹ Isso fica visível quando analisamos a discussão sobre os temas transversais contidos no PCN. Estes são divididos em: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual e Pluralidade Cultural. As “Relações de Gênero” estão inseridas nas abordagens do tema Orientação Sexual. O PCN diz que:

O trabalho de Orientação Sexual visa propiciar aos jovens a possibilidade do exercício de sua sexualidade de forma responsável e prazerosa. Seu desenvolvimento deve oferecer critérios para o discernimento de comportamentos ligados à sexualidade que demandam privacidade e intimidade, assim como reconhecimento das manifestações de sexualidade passíveis de serem expressas na Escola. Propõem-se três eixos fundamentais para nortear a intervenção do professor: Corpo Humano, **Relações de Gênero** e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS.³⁰

Ou seja, apesar de na segunda metade do século XX ter-se iniciado um estudo acerca da História das Mulheres, as instituições responsáveis pela

²⁹ SILVA, Cristiane Bereta da. **Saber histórico Escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história**. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/440>> Acesso em 10 mai. 2018. P. 229

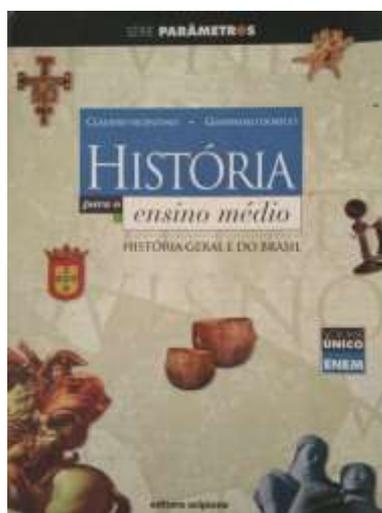
³⁰BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais**, 1997. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>> Acesso em 15 mai. 2018. p. 28

Educação Básica parecem ainda não estar muito comprometidas com este tipo de discussão e, como é perceptível na pesquisa aqui apresentada, não chegando às Escolas, além da forma defasada que aparece nos livros didáticos, já que, neles, a História das Mulheres ainda é encontrada (quando é) em sessões curiosidades ou notas de rodapé.

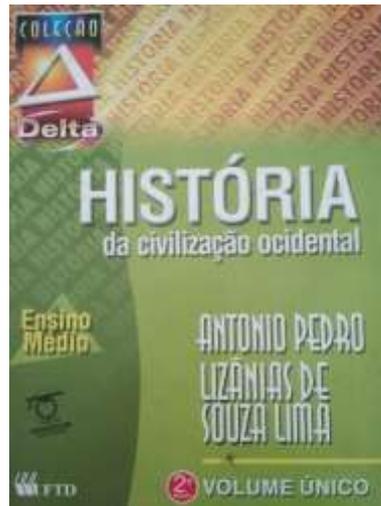
As demandas e urgências dos professores da educação básica são diferentes de professores do ensino superior. Faz-se necessário que seja possibilitada a renovação das concepções historiográficas para que o negligenciamento da escola seja deixado de acontecer, e uma das formas de facilitar isto seriam os livros didáticos estarem o mais em concordância possível da produção acadêmica.

3.3. Os Livros Didáticos

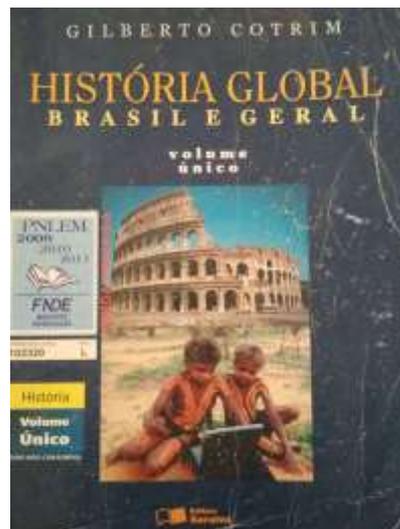
Para perceber como isso acontece na prática, foram analisados 3 livros didáticos publicados entre 2001 e 2005. O primeiro, intitulado *História para o Ensino Médio*, lançado pela Editora Scipione e escrito por Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo – Cientista Social e Historiador, respectivamente –, de 2001 (1ª edição).



O segundo, chamado *História da Civilização Ocidental*, publicado pela Editora Delta e escrito pelos historiadores Antonio Pedro e Lizânias de Souza Lima, do ano de 2005 (2ª edição).



E, por fim, o terceiro: *História Global*, publicado pela Editora Saraiva e escrito por Gilberto Cotrim, historiador, também do ano de 2005 (8ª edição). Todas tratam-se de obras de volume único e dedicadas ao ensino médio.³¹



No primeiro livro, as mulheres tem visibilidade apenas em imagens ilustrativas de conteúdos como Renascimento (imagens de Monalisa e da Vênus), Era Vitoriana (imagem da Rainha Vitória) e na Semana de Arte Moderna (foto de um grupo de modernistas famosas da época), em nenhum dos demais assuntos de todo o livro didático é encontrado nenhuma contextualização sobre ações de mulheres na história.

³¹ Em relação aos dois primeiros livros citados, não foi encontrada nenhuma fonte que pudesse comprovar que os livros foram adotados pelo PNLD de seus respectivos triênios. Apenas o último volume, escrito por Gilberto Cotrim, tem-se a certeza da adoção pelas Escolas públicas no triênio 2009-2011.

No segundo livro, a mulher é encontrada em dois momentos: no primeiro, em uma imagem, também em caráter ilustrativo no conteúdo da Revolução Industrial, e no segundo, em um recorte de um texto historiográfico escrito por Eric Hobsbawm em seu livro *A Era dos Impérios*, que trata sobre a queda do índice de natalidade e a relação disso com as mudanças dos espaços ocupados por mulheres na Europa do final século XIX.

Algo mais significativo em relação as Mulheres só é encontrado na última obra. Apesar de também ter sido lançada em 2005, é perceptível como há interesse muito maior na questão iconográfica do que as duas obras anteriores, o que provavelmente é explicado pelo fato de já ser a 8ª edição deste livro, já que o grande número de reedições ajuda no melhoramento dos aspectos editoriais e diagramáticos da obra, o que mostra como há um interesse da editora em uma renovação sobre a escrita e formatação dos livros didáticos de História. Em quase todos os assuntos, há imagens que contenham mulheres, o que pode facilitar e incentivar uma mediação entre professor aluno acerca da participação da mulher naquele contexto.

Porém, quando falamos em texto escrito, em apenas três momentos a mulher aparece: primeiro, em uma entrevista com uma especialista sobre a mulher nos países islâmicos; segundo, em um texto acerca da formação de grupos feministas no Brasil; e, por fim, em uma análise de revistas femininas dos anos de 1945 a 1964 (este último com uma atividade de pesquisa fazendo uma relação com as revistas atuais). Porém, todos estes assuntos aparecem em box de informações extras e não integrado ao assunto principal.

Bittencourt diz que “o livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber Escolar, no processo de explicitação curricular.”³² Mas isto não parece acontecer quando se fala em História das Mulheres. Ou pelo menos não está acontecendo na mesma velocidade com que se sucede no espaço acadêmico.

A distância entre a Universidade e a Escola, a defasagem do livro didático, a dificuldade do professor de se atualizar, tendo em vista as precárias condições a que são submetidos, são todas influências para que a participação

³² BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 72.

feminina na história seja esquecida. É preciso que haja uma integração maior entre o que está sendo produzido na Universidade e o que chega à Escola, para que os/as alunos/as possam conhecer a sua História e, assim, entenda como se deu a condição feminina na atualidade, tornando-o consciente do seu papel transformador de agente histórico do seu tempo.

4. A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE MACEIÓ

Aqui, visualizaremos como se dá o que foi discutido nos capítulos anteriores, analisando a coleção *História*, publicada pela editora Saraiva e escrita pelos autores Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Farias, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos, ambos os doutores/as e professores/as do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Esta coleção foi utilizada em uma escola estadual da periferia da cidade de Maceió – AL no triênio 2015-2017. Aqui, analisaremos os seguintes aspectos:

1. Análise da apresentação da coleção pelo guia do livro didático;
2. Apresentação dos autores/as;
3. Presença da mulher ao longo da coleção e seu avanço (ou não) em relação às coleções apresentadas no capítulo anterior;
4. Possibilidades oferecidas pelo livro didático para uma discussão acerca da História das Mulheres a partir da visão do professor.

4.1 A Coleção *História* segundo o Guia do Livro Didático

Após a avaliação das obras, é produzido pelo Ministério da Educação O *Guia do Livro Didático* que traz resenhas e informações acerca de cada um dos livros aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Este documento é enviado para as escolas de educação básica para que seja escolhida uma coleção a ser utilizada nos três anos subsequentes. No triênio 2015-2017, na escola pesquisada neste trabalho, foi escolhida a *Coleção História*.

A visão geral apresentada pelo Guia é:

A **coleção** opta pelo ensino da História Integrada, em perspectiva cronológica linear, incorporando os conteúdos de História do Brasil com os de História Geral em períodos de tempo que vão das origens da humanidade ao tráfico transatlântico (volume 1); do colapso do absolutismo à *Belle Époque* (volume 2); e do Brasil na Primeira República às revoltas árabes de 2011 (volume 3). No **Manual do Professor**, encontram-se a apresentação do plano geral da obra e as orientações específicas. Há orientações sobre

o uso de fontes escritas, visuais e orais. São encontradas, ainda, discussões sobre os livros didáticos, os paradigmas do ensino de História, as relações étnico-raciais, as questões de gênero, a interdisciplinaridade, a importância do local na produção do conhecimento histórico, a avaliação. Quanto ao **componente curricular História**, o conteúdo incorpora os debates historiográficos e compreende a trajetória humana como um processo não linear, cujo movimento ocorre pela ação de indivíduos, dos grupos sociais e das estruturas institucionais. Há imagens utilizadas como fontes históricas e imagens ilustrativas articuladas ao conteúdo e integradas ao texto, favorecendo a compreensão e tornando-se mais um instrumento didático na aprendizagem da História. O texto base, dedicado à clássica divisão dos conteúdos, prioriza a História Política, sendo complementado por boxes, seções e atividades que trazem as dimensões culturais e socioeconômicas. A coleção, em sua **proposta pedagógica**, utiliza uma variedade de gêneros textuais e historiográficos. As atividades são encontradas ao final de cada capítulo, distribuídas em seções e boxes. Há atividades que favorecem a memorização e também propostas que mobilizam outras habilidades, como produção de textos, análise de fontes, debates comparativos. Recomenda-se o trabalho interdisciplinar ao longo da obra. A formação para a **cidadania** ganha destaque nos boxes e atividades, assim como no decorrer dos capítulos. Os principais temas trabalhados - que realçam aspectos da formação cidadã - são o patrimônio imaterial; a oralidade como mecanismo de construção do conhecimento; as Constituições no Brasil; a luta pelos direitos políticos, sociais e civis; a tolerância religiosa.

A **História da África, história e cultura dos afrodescendentes e dos povos indígenas** ora é tratada em capítulos específicos, ora é integrada nos demais capítulos, adotando uma perspectiva de análise histórico-antropológica que fomenta o respeito às diferenças, em vez de hierarquizá-las ou qualificá-las. As sociedades indígenas aparecem relacionadas com a História das Américas, a partir do protagonismo desses povos durante o período da conquista e colonização europeia. A coleção apresenta em seu **projeto gráfico** uma estrutura clara, coerente, de fácil compreensão e manuseio. A leitura é facilitada pelas dimensões das letras e dos espaços entre os textos, fluindo em harmonia e progredindo em compreensão. Há elementos estéticos, como o destaque de cores para diferenciar os boxes

e seções que capturam a atenção do leitor. Há, ainda, a indicação de **sites**.³⁴

A análise dos avaliadores demonstra como há um interesse dos autores em trabalhar com várias correntes historiográficas, sempre focando na “multiplicidade de agentes e fatores que concorrem para as transformações e permanências”³⁵ e “a influência da Nova História com destaque para as análises conjunturais, o cotidiano, as personagens, as subjetividades, o patrimônio material e imaterial, o uso dos conceitos de memória, identidade, multiculturalismo e mestiçagem.”³⁶

Focando em mulheres, também há menção sobre isso no Guia: “observa-se a valorização do papel da mulher, dos grupos sociais marginalizados, das diversas religiões, estimulando o respeito às diferenças sociais, étnico-raciais, religiosas e culturais.”³⁷ Ou seja, tendo como base de análise apenas a avaliação, fazendo uma comparação com os livros apresentados no capítulo anterior, há uma expectativa positiva sobre como as mulheres aparecerão durante os conteúdos dos livros didáticos, esperando claro, que estejam lá enquanto participantes e não apenas como adendo.

4.2 Apresentação dos/as Autores/as

Outro ponto a ser destacado é o peso que a formação dos autores/as desta coleção apresenta. Os/as quatro autores/as, além de serem importantes nomes da historiografia brasileira, fazem/fizeram parte do quadro de professores da Universidade Federal Fluminense, dado que obviamente tem impacto na escrita dos livros didáticos a qual se dedicam, uma vez que o contato direto com a produção acadêmica facilita a transposição do conhecimento para os livros didáticos; conseqüentemente, um meio mais fácil dele chegar à educação básica. Apresentarei abaixo um pequeno currículo³⁸ de cada autor para que seja possível observar a qual área temática cada um se dedica:

³⁴ BRASIL. Ministério da Educação. (2015). **Guia de livros didáticos PNLD 2015: História**. Ministério da Educação. Brasília: MEC. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/5940-guia-pnld-2015>> Acesso em 11 mai. 2018. p. 84 - 85

³⁵ *ibid.* p. 86

³⁶ *ibid.* p. 87

³⁷ *ibid.*

³⁸ Informações retiradas do Currículo da Plataforma Lattes.

Ronaldo Vainfas: Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (1978), mestre pela mesma Universidade em História do Brasil (1983), Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de História da UFF aposentado em 2015, hoje é professor visitante do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Tem como obras mais importantes o livro *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil* e *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*.

Sheila de Castro Faria: Professora aposentada em História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, Graduação em Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense (1980/1983), mestrado (1986) e doutorado (1994) pela mesma instituição. Tem como obras importantes *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial* e *Viver e Morrer no Brasil Colônia*.

Jorge Ferreira: Possui graduação (1982) e mestrado (1989) em História pela Universidade Federal Fluminense e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1996). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal Fluminense e tem bolsa de produtividade em pesquisa 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. É pesquisador da FAPERJ no Programa Cientistas do Nosso Estado. Tem como obras importantes *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais* (1930-1945) e *As Repúblicas no Brasil: política, sociedade e cultura*.

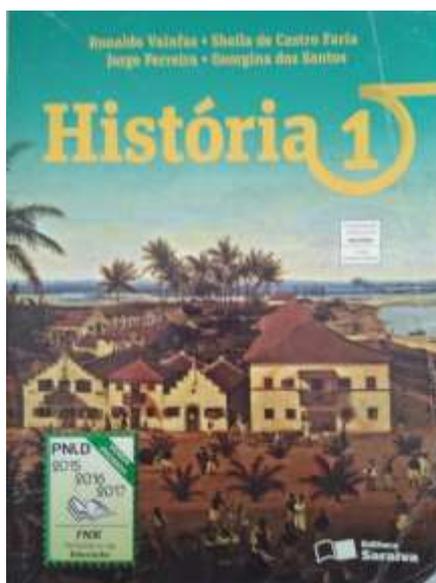
Georgina dos Santos: Graduou-se em História na Universidade Federal Fluminense em 1990. No ano seguinte, ingressou no curso de pós-graduação da mesma instituição, obtendo o grau de mestre, em 1995 e doutorou-se em História pela Universidade de São Paulo, em 2002. Atualmente, ministra disciplinas de História Moderna na Universidade Federal Fluminense. Tem como obra importante o livro *Ofício e Sangue: a Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna*.

O que podemos analisar com estas informações é que os/as quatro autores/as possuem produções com propostas que enfatizam camadas mais populares ou temas diferenciados, como sexualidade, família, religiosidade e

cultura, o que demonstra a clara influência da Nova História em suas pesquisas. Ambos os/as autores/as, em algum aspecto, abordam o campo da História das mulheres, seja na sexualidade, família ou religião. Além disso, Jorge Ferreira teve como orientadora de mestrado Rachel Soihet, importante historiadora das mulheres, já citada neste trabalho. Ou seja, tudo que foi apresentado até aqui corrobora para uma pré-análise favorável a um avanço no quesito *presença das mulheres* no livro didático aqui analisado, a ser abordado efetivamente no tópico seguinte.

4.3 Visibilidade da mulher ao longo da coleção e seu avanço (ou não) em relação às coleções apresentadas no capítulo anterior

Começando a análise por ordem sequencial das séries do ensino médio, iniciamos com o Livro 1.



A obra dispõe-se em 19 capítulos, divididos em cinco unidades e tem como recorte temporal da Pré-História³⁹ à Colonização da América Portuguesa. Segue abaixo um quadro apresentando onde e como as mulheres aparecem neste volume:

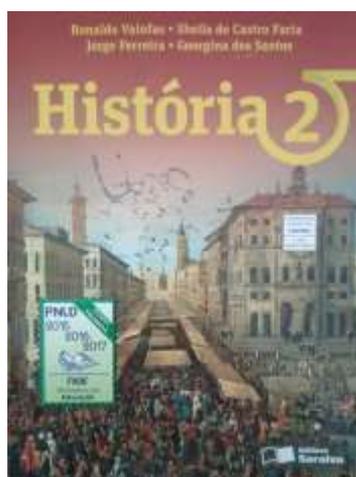
Capítulo	Onde	Como
4 – Mundo Grego	Seção Outra Dimensão ⁴⁰ : Cotidiano	Uma discussão sobre o lugar da mulher na

³⁹ O termo “pré-história” é problematizado na obra. O nome do capítulo é “A história antes da escrita”.

⁴⁰ Seção que complementa a temática central do capítulo com informações paralelas ao conteúdo ou mais aprofundadas. Há cinco subtipos: cotidiano, cultura, economia, resistência e personagem.

		sociedade Ateniense aliada à uma imagem de um vaso ateniense com mulheres estampadas.
9 - O Outono Medieval	Contextualizado	Traz a importância de Joana D'arc na Guerra dos Cem Anos.
12 - Américas Conquistadas	Abertura do capítulo	Discussão sobre Malinche e sua interferência na colonização do México pelos espanhóis. Aqui também acompanhada de uma imagem.
13 - Renascimento	Seção Conexões ⁴¹	Atividade que relaciona o significado da palavra misoginia e sua relação com os padrões morais e estéticos do período.
14 - Tempo das Reformas	Seção Outra Dimensão: Cultura	É trazida a discussão sobre a caça às bruxas, aqui também aliada à uma imagem.
19 - África nos tempos do tráfico atlântico	Contextualizado	Nzinga e sua participação nas guerras angolanas.

O Livro 2 possui 17 capítulos, divididos em quatro unidades, e tem como recorte temporal do fim do Absolutismo à Expansão do Imperialismo.

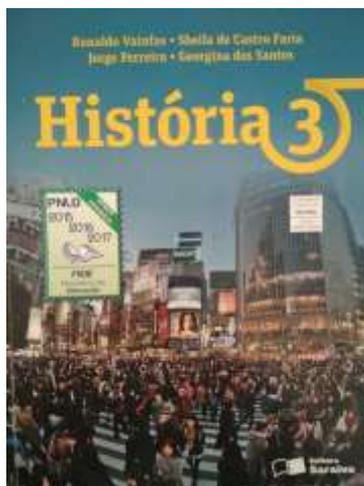


⁴¹ Atividades que articulam a História com outras disciplinas.

Nesta obra também encontramos referências à Mulheres na História seis vezes, como apresentado no quadro a seguir:

Capítulo	Onde	Como
1 - O século das Luzes	Contextualizado	Traz o exemplo de Catarina, Imperatriz Russa. Trabalha sua relevância em relação ao Despotismo Esclarecido e seu reinado na Rússia. O conteúdo está associado a uma imagem.
2 - A França Revolucionária	Box complementar	Uma atividade sobre os direitos políticos da mulher na revolução francesa.
4 - O império luso-brasileiro no século XVIII	Seção Outra Dimensão: Personagem	Uma apresentação de Chica da Silva, aqui associada a uma imagem sobre o período.
9 - A construção do império: a tentação absolutista	Seção Outra Dimensão: Personagem	A mulher é presente duas vezes: a primeira é Maria Quitéria, e a segunda, Marquesa de Santos. Ambas as informações estão associadas a uma imagem.
14 - O Brasil do Império à República	Seção Outra Dimensão: Personagem	Tratando aqui de mulheres importantes na Guerra do Paraguai.

O Livro 3 possui 16 capítulos e 3 unidades, começando com O Brasil e 1ª república e encerrando com as discussões do século XXI.



Aqui também encontramos mulheres sendo representadas 6 vezes

Capítulo	Onde	Como
1 - Brasil: a Primeira República	Seção Conversa de Historiador ⁴²	Discussões sobre a construção dos símbolos republicanos, citando aqui a mulher como símbolo da república.
1 - Brasil: a Primeira República	Contextualizado	A importância de Chiquinha Gonzaga e sua influência no Movimento Modernista.
4 - Crises do entreguerras	Seção Outra Dimensão: Personagem	Traz a questão da luta feminina pelo voto e uma imagem-reprodução da morte de Emily Davison, que morreu em protesto pelo voto na Inglaterra.
9 - Construindo rivalidades: o mundo pós-guerra	Contextualizado	Traz a luta das mulheres por direitos civis nos Estados Unidos, trazendo também uma imagem que possibilita uma pequena discussão acerca da liberdade feminina no Brasil

⁴² Aborda polêmicas historiográficas, explicitando pontos de vista diferentes sobre alguns dos temas ou conceitos estudados.

13 - Brasil: A República dos generais	Imagem Ilustrativa	Traz apenas uma imagem onde contém mulheres procurando o nome de marido e filhos em uma lista de presos pelo regime militar
15 - O Brasil da democracia	Contextualizado	Discussão da primeira mulher na presidência da República.

Percebe-se aqui um avanço em relação às coleções apresentadas no capítulo anterior. Nelas, as mulheres eram abordadas pouquíssimas vezes, muitas delas apenas em imagens de ilustração do capítulo. Já nesta coleção, há uma melhora significativa quando falamos em conteúdo, pois além de imagens, temos possibilidades reais no desenvolvimento dos capítulos, favorecendo o trabalho de abordar os diferentes locais assumidos pela mulher durante nossa História, como no “Conversa de Historiador”, que traz a relação iconográfica da mulher como símbolo da república ou a construção do imaginário social acerca da mulher no exercício sobre o conceito de misoginia e os padrões morais do renascimento, e até a participação real das mulheres, seja na guerra (Maria Quitéria e Nzinga), nas revoluções (mulheres e direitos na revolução Francesa), movimentos sociais (mulheres e o voto), perseguições (caça às bruxas), além das várias possibilidades que podem surgir no dia a dia da sala de aula.

Apesar disso, algumas críticas surgiram ao longo da análise desta coleção. A principal delas é a quantidade de vezes que as mulheres aparecem em box de informação, separadas do conteúdo dos capítulos, pois, nas 18 vezes em que as mulheres são apresentadas, metade são em seções recortadas do texto principal, reforçando a discussão já feita neste trabalho sobre as mulheres na história ser relegada a um *adendo da História*. Dentro desta análise, ainda é preciso discutir sobre a quantidade de vezes que a mulher aparece sob o subtítulo “Personagem”. Montserrat Moreno diz que “sob uma ótica androcêntrica, só serão consideradas importantes as façanhas femininas que, como as protagonizadas por Joana D’Arc ou pela brasileira

Anita Garibaldi, se assemelham àquelas em que se exaltam os homens.”⁴³, caindo na perigosa possibilidade de permitir a mulher aparecer apenas sob o signo de uma “História dos Heróis”, deixando de lado as que foram importantes nas diferentes dinâmicas sociais.

4.4 Possibilidades abertas dentro do livro didático para uma discussão da História das Mulheres a partir da visão do professor

Inúmeras vezes discutimos, ao longo deste trabalho, as problemáticas acerca do livro didático, tendo em vista sua importância dentro do contexto educacional. Porém, é importante lembrar que este objeto

passa pela intervenção de professores e alunos que realizam práticas diferentes de leitura e de trabalho escolar. Os usos que professores e alunos fazem do livro didático são variados e podem transformar esse veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo.⁴⁴

Ou seja, há a possibilidade de que o/a professor/a use as lacunas históricas dos livros didáticos de forma problematizadora em sala de aula. Ou até mesmo que os próprios alunos enxerguem esses espaços em branco e façam questionamentos, abrindo margem para que as escolhas ideológicas do livro possam se tornar novas abordagens no dia a dia da escola. Por isso, entendo como necessário uma pesquisa acerca das práticas pedagógicas do/a professor/a da escola que adotou este livro didático no triênio 2015 – 2017.

A escola que utilizou a coleção supracitada não demonstrou nenhum empecilho em colaborar com a pesquisa, e informou que três professores/as atuaram no ensino médio e utilizaram o livro. Porém, dos três, apenas dois continuaram em 2018 na escola. Com isso, surgem dois problemas: o primeiro deles era que nenhum dos/as dois professores/as possuía formação em História – um deles era formado em Geografia e a outra em Ciências Sociais. Apesar de ambos terem demonstrado interesse em colaborar, o professor de geografia informou que atuava com História havia apenas um ano, dificultando uma análise produtiva acerca da sua prática pedagógica sobre história das mulheres. Podemos concluir, assim, que a utilização de professores/as que não

⁴³ MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**: O sexismo na escola. São Paulo: Moderna. 1999. p. 53.

⁴⁴ BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 73.

são formados na área para lecionar a disciplina de História abre margem para um distanciamento das possibilidades de se conhecer as novas produções historiográficas, corroborando nas dificuldades encontradas para que a História das Mulheres chegue à escola.

A outra professora, que apesar de ser formada em Ciências Sociais, atua como professora da disciplina de História desde 2005, e é efetiva do Estado como professora de História desde 2013. Mesmo ela tendo utilizado apenas o Livro 1 da coleção, achei pertinente entrevistá-la, tendo em vista sua experiência com o ensino de história. Na nossa conversa, a professora informou que nunca tomou conhecimento sobre nenhuma formação continuada oferecida pelo Estado acerca da História das Mulheres ou relações de gênero, ela diz: *“Especificamente da mulher, pelo Estado, não. Eu já vi pela universidade”*. Porém, ela conhece e mostrou interesse na vasta possibilidade de programas de pós-graduação relacionados ao tema. Ela continua: *“Inclusive o meu TCC foi sobre a entrada das mulheres no mercado de trabalho, e quando eu fiz a pós em Geo-história, eu dei continuidade.”*

Em relação ao livro didático, ela informou que percebe que está havendo uma mudança, apesar de tímida, em relação aos conteúdos abordarem a História das Mulheres: *“O livro que a gente escolheu esse ano, eu até me surpreendi na parte que fala da África que retrata de uma rainha negra, onde há uma mistificação muito grande em torno da figura dela. Eu achei muito interessante ler essa parte porque é algo que a gente não encontra muito nos livros”*.

Ela citou também o dado apresentado no primeiro capítulo deste trabalho referente à como a falta de mulheres autoras nos livros didáticos pode influenciar a sua invisibilidade: *“Isso pesa muito, quando os autores são só homens, porque vai ter aquela visão mais restrita”*. Esta entrevista demonstrou a importância dos professores da educação básica que, apesar das dificuldades, tentam, na medida do possível, trabalhar em sala de aula com estes temas que sempre são negligenciados, e mostram também o pouco interesse do Estado (sendo este o responsável pelo ensino médio da educação básica) em fornecer formações continuadas para trabalhar este tema.

Sendo assim, podemos perceber que o livro didático é de grande auxílio ao professor/a para a abordagem de temas marginalizados, porém, há uma necessidade da renovação acerca dos conhecimentos historiográficos, para que a escola possa estar em contato com o que há de novo na produção, na maioria das vezes, os professores da educação básica possuem exaustivas cargas de trabalho dificultando uma atualização, e a surpresa da professora ao encontrar informações sobre uma rainha africana a deixou muito interessada, mostrando assim que o livro didático pode e deve ser uma ponte entre o saber acadêmico e o saber escolar, assim, tornando a disciplina de história algo sempre novo e ativo. Como disse a professora *“São barreiras que a gente vem derrubando né, mas que a gente não pode dizer também que revolucionou. Tem muita coisa ainda”*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as informações trazidas nos três capítulos desta monografia nos levam à conclusão de que todo o caminho que percorrido pelo livro didático, da preocupação do Estado na sua criação e como ele se estabelece nos dias atuais, tendo um grande aparato institucional e burocrático ao seu redor, torna-o uma obra emblemática e que é um produto de importância quando pensamos toda a instituição escolar.

Mas quando analisamos seus conteúdos e as demandas representativas, que apesar dos avanços alcançados nos últimos anos, percebe-se que ainda temos um longo caminho a percorrer. A pressão dos movimentos sociais, que obteve significativo acesso ao ensino superior na última década, com certeza é uma das peças fundamentais dessa mudança e se mostra presente no aumento gradativo da presença das mulheres nos conteúdos dos livros didáticos de história.

Ainda assim, percebemos problemáticas que merecem discussões sobre como essas mulheres são representadas e também como a escola falha em levantar este debate que já existe na academia há mais de 50 anos, mas que somente agora está ganhando força e começa a aparecer timidamente. Muito disto se deve à militância feminista que levanta este debate em espaços de discussão, o que acaba gerando demandas nos espaços escolares.

Se pensarmos que atualmente vivemos sob uma crescente onda conservadora, o que faz com que a misoginia seja um problema cada vez mais latente, torna-se extremamente urgente a existência de uma história das mulheres nas escolas. Mostrar como elas ocuparam e tiveram participação nas diversas dinâmicas históricas produz uma nova mentalidade acerca dos espaços sociais ocupados por elas, além de gerar representatividade e a apresentação de possibilidades reais de romper com o destino que é colocado ao gênero feminino. Essa discussão torna-se ainda mais urgente se pensarmos em uma perspectiva regional: Alagoas se mantém como um dos Estados com maiores índices do país de violência contra a mulher e, com escassa produção historiográfica sobre a História das Mulheres, ou seja, falar sobre mulheres neste Estado é algo necessário.

A busca por uma sociedade igualitária não deve deixar de lado aspectos como a igualdade entre os sexos, e este é um caminho longo a ser trilhado, tendo em vista a longa história de exploração das mulheres. Este futuro, que esperamos que seja próximo, tem diversos meios de acontecer, e um deles é reverter a lógica de escrita historiográfica que preza, majoritariamente, os feitos masculinos. Pensar uma história das mulheres, incentivar mulheres a escrever e empoderá-las politicamente é o caminho mais curto na busca de uma sociedade menos nociva e livre para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Livros Didáticos e Conhecimento Histórico: uma história do saber escolar.** São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O saber histórico na sala de aula.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BRASIL. **Decreto n. 1331A, de 17 de fevereiro de 1854.** Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no município da Corte. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>> Acesso em 02 set. 2018

_____. **Decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937.** Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Livro didático. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 10 mai. 2018

_____. **Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938.** Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 10 mai. 2018

_____. **Decreto nº 77.107, de 4 de fevereiro de 1976.** Dispõe sobre a edição e distribuição de livros textos e dá outras providências. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77107-4-fevereiro-1976-425615-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 11 mai. 2018

_____. Ministério da Educação. (2015). **Guia de livros didáticos PNLD 2015: História.** Ministério da Educação. Brasília: MEC. Disponível em <<http://www.fnede.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/5940-guia-pnld-2015>> Acesso em 11 mai. 2018

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Apresentação dos temas transversais, 1997. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>> Acesso em 15 mai. 2018

DUBY, G. & PERROT, M. **História das mulheres: a Antiguidade**. Porto: Afrontamento, 1993

FERRARO, Juliana Ricarte. **A produção dos livros didáticos: uma reflexão sobre imagem, texto e autoria**. Disponível em <bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/973/542> Acesso em 10 mai. 2018

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: O sexismo na escola**. São Paulo: Moderna. 1999.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. São Paulo: Paz e Terra. 1988.

SANTOS, Dulce Amarante dos. **História das Mulheres nos livros didáticos: 2ª fase do ensino fundamental**. Disponível em <ojs.fe.unicamp.br/index.php/FEH/article/download/5846/4738> Acesso em 10 mai. 2018.

SILVA JÚNIOR, Clovis Gomes da. **O Livro didático de matemática e o tempo**. Disponível em <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/download/130/122> Acesso em 10 mai. 2018.

SILVA, Cristiane Bereta da. **Saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história**. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/440>> Acesso em 10 mai. 2018.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org). **Domínios da História**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 263-283

_____. Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>> Acesso em 10 mai. 2018